



## Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro

### A genealogy of Brazilian psychologist's training

João Leite Ferreira Neto

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Brasil

#### Resumo

Este artigo investiga a formação do psicólogo brasileiro, tendo por recorte histórico, o período do final da década de 1970 ao início dos anos 2000, quando tanto a atuação quanto a formação do psicólogo sofreram grande modificação, de um modelo essencialmente clínico liberal privado para um modelo plural de "práticas emergentes". O enfoque teórico e metodológico da pesquisa é a genealogia de Foucault. O estudo localiza como principal perigo da formação em psicologia, nos anos de 1970, a desconexão de suas práticas da dimensão social. Nos anos mais recentes, o "social" passa a ser pauta importante na sociedade em geral e na psicologia em particular. Um novo perigo se apresenta: a força onipresente do mercado ditando os parâmetros da formação. O artigo adverte contra a sedução da formação tecnicista voltada para o mercado e afirma a importância de referências ético-políticas para a formação e atuação do psicólogo.

**Palavras-chave:** formação do psicólogo; psicologia; movimentos sociais; Foucault; genealogia

#### Abstract

This article investigates the professional training of the Brazilian psychologist, considering the period from 1970 to 2000, when the psychologist's practice and training had been largely modified, turning from a model that was essentially the liberal private clinic to a pluralistic model named as "emergent practices". The theoretical and methodological approach is Foucault's genealogy. The study emphasizes as the main danger of the formation on psychology, on the 1970's, the disconnection between the psychological practices and the social field. In the most recent years, the "social" became an important agenda for society in general and for psychology in particular. A new danger is presented: the omnipresent forces of the market determining the parameters of the formation. The article warns against the seduction of a technical formation directed to the market and affirms the importance of ethical and political references to the formation and practice of the psychologist.

**Keywords:** psychologist's training; psychology; social movements; Foucault; genealogy

#### Introdução

Este artigo é uma síntese parcial de pesquisa de doutorado, publicada em versão revista e atualizada como livro (Ferreira Neto, 2004). Aqui, viso salientar alguns aspectos metodológicos e circunscrever alguns de seus eixos principais, buscando formar um texto completo em si mesmo, ao custo de estabelecer cortes, recortes e reescritas do material original. Seu tema é a formação do psicólogo brasileiro, tendo por recorte histórico, o período do final da década de 1970 ao início dos anos 2000, quando tanto a atuação quanto a formação do psicólogo sofreram grande modificação, de um modelo essencialmente clínico liberal privado para um modelo plural de "práticas emergentes". O enfoque teórico e metodológico da pesquisa é a genealogia preconizada por Michel Foucault. Iniciei, portanto, com uma discussão sobre o sentido da pesquisa genealógica.

Em diversos momentos de sua obra Foucault buscou distinguir as diferenças entre sua pesquisa genealógica e outras modalidades de pesquisa histórica convencional. Em um pequeno texto escrito em 1980, "A poeira e a nuvem", Foucault responde às críticas



feitas pelo historiador Jacques Leonard a seu livro "Vigiar e punir". Em sua resposta diferencia um trabalho histórico feito a partir de uma análise de um período, daquela feita a partir da análise de um problema. Para quem estuda um período ou uma instituição durante um dado período é necessário a atenção a duas regras: o tratamento exaustivo de todo o material e a equitativa repartição cronológica do exame. Contudo, quem quer tratar, através da genealogia, de um problema surgido em um dado momento, deve seguir outras regras: escolha do material em função dos dados do problema; focalização da análise sobre os elementos suscetíveis de resolvê-lo; estabelecimento das relações que permitem essa solução. E, portanto, indiferença para com a obrigação de tudo dizer, mesmo para satisfazer o júri dos especialistas convocados. O trabalho assim concebido implicava um recorte segundo pontos determinantes, e uma extensão segundo relações pertinentes (Foucault, 1994).

Minha pesquisa seguiu essa direção. Procurei construir uma cartografia de qual problema presente enfrenta a formação do psicólogo no Brasil, assumindo como Foucault a necessidade da construção de um "diagnóstico do presente". O período recortado centrou-se entre o final dos anos 1970 ao início dos anos 2000. Essa demarcação foi escolhida em função de uma grande mudança ocorrida na psicologia brasileira, que se deslocou de um modelo cujo eixo era a formação de profissionais liberais para atuarem na área clínica, junto às classes média e alta da população, para uma modalidade mais plural de atenção em um trabalho mais vinculado ao serviço público, a organizações não-governamentais, ou a projetos sociais, voltados, para as classes populares (1).

Em última instância, Foucault considera a genealogia menos como uma metodologia de pesquisa e mais como uma ética, que essencialmente visa deduzir da "contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos fazemos ou pensamos" (Foucault, 1994, p. 574). A pesquisa genealógica implica o contínuo "modificar o que se pensa e mesmo o que se é" (idem) e conduz um trabalho que, ao mesmo tempo, respeita e viola o real, apreendendo "os pontos em que a mudança é possível e desejável" (idem). Ou seja, não se trata aqui da pura descrição de um estado de coisas, mas de uma investigação portadora de uma intencionalidade ético-político de mudanças no âmbito da formação do psicólogo.

As fontes pesquisadas foram múltiplas envolvendo elementos discursivos e não discursivos (históricos, institucionais) sem definição *a priori*, e, ainda, referências teóricas, artigos científicos, pesquisas sobre o tema, entrevistas realizadas por mim mesmo, entrevistas publicadas, documentos, legislação, e até mesmo, lembranças. O recurso a elas obedeceu à finalidade ético-política de construção de um diagnóstico do presente no campo da formação do psicólogo brasileiro. No período inicial estudado, anos 1980, utilizei como fonte principal artigos publicados em periódicos científicos ou livros da época, que abordavam o problema da formação do psicólogo. Para o período recente privilegiei, como caso exemplar, a análise das práticas antimanicomiais em saúde mental e a proposta das Diretrizes Curriculares para os cursos de psicologia.

Interessou-me particularmente o percurso histórico em seus momentos de ruptura, em suas descontinuidades, no entrechoque, por vezes aleatório, dos acontecimentos e sua multiplicidade. Por isso a relevância dada aos movimentos sociais no final dos anos 1970, como acontecimento motor de uma série de efeitos no contexto da atuação e formação do psicólogo brasileiro.

A noção de "perigo" recortada da obra de Foucault (1982/1995) tornou-se, no decorrer da pesquisa um conceito chave e uma direção para o trabalho. Os perigos da formação nesse início (1980) não são os mesmos de hoje. O não-reconhecimento disso pode acarretar uma prática antiquada e defasada em relação ao nosso presente. Por isso caminhei nesta dupla perspectiva: o desenho dos problemas do período inicial e a cartografia dos problemas e dos perigos atuais. Nesse movimento, o perigo focalizado foi gradualmente se deslocando da desconexão das práticas "psi" com o contexto social, favorecendo uma atuação voltada para a intimidade subjetiva descontextualizada, para o da presença imanente e totalitária das regras de mercado, como determinante maior da gestão das práticas universitárias da formação.



### **Psicologia e contexto brasileiro: a ascensão do social**

A Psicologia foi regulamentada no Brasil em 1962, e vem sofrendo, particularmente nos últimos 20 anos, intensos questionamentos quanto a seus modelos de formação. Estes já não mais respondem adequadamente às questões que emergem nas práticas atuais dos psicólogos brasileiros. Desde o final da década de 70, um persistente debate quanto ao modelo hegemônico da formação dos psicólogos brasileiros, baseado em certa concepção de clínica que caracterizaremos adiante, desencadeou uma *cantilena* insistente, em que a importância do social foi se tornando central. Juntamente com a emergência da questão do social, surgiu uma preocupação com as dimensões ético-políticas do saber/fazer "psi". Procuraremos, na seqüência, mapear alguns elementos desse debate.

O modelo prevalente de formação em psicologia, até os anos 1980, foi calcado na noção de áreas de atuação. Desde 1962, embasado até mesmo na própria legislação que regulamentou o ensino e a prática em Psicologia, foram demarcadas três grandes áreas de atuação: a clínica, a escolar e a industrial. Em consequência disso, os cursos de Psicologia passaram a reproduzir na organização de seus currículos disciplinas que contemplassem essas três áreas.

Dentre essas áreas de atuação, a clínica estabeleceu-se rapidamente como sendo a mais nobre. Marcou de modo intenso não somente os currículos, como também o imaginário social da figura do psicólogo. Este passou a ser cada vez mais identificado com a condição de clínico. A psicologia clínica tornou-se a área que sempre concentrou maior carga horária curricular nos cursos de graduação e funcionou como equivalente geral do que socialmente se entende como sendo a atividade precípua do psicólogo.

Para dar precisão ao debate, é necessário delimitar qual a concepção de clínica implicada nesse modelo. Trata-se, na verdade, do que alguns autores estão denominando de concepção clássica de psicologia clínica (Lo Bianco, Bastos, Nunes, & Silva, 1994). Engloba as atividades de psicoterapia e/ou psicodiagnóstico exercidas em consultórios particulares por profissionais liberais, tendo um enfoque teórico-técnico intra-individual. Problematizar a formação do psicólogo brasileiro na atualidade envolve, como ponto de partida, a desconstrução dessa concepção clássica de clínica, a partir da compreensão de alguns elementos que participaram de sua constituição.

Vale salientar que a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil ocorreu em proximidade com o golpe militar em 1964. Paralelamente a uma intensa repressão política, o regime militar obteve sucesso no plano macro econômico, levando o País a taxas de crescimento da ordem de mais de 10% ao ano, especialmente no período conhecido como "milagre econômico" (1968-1973). O regime desempenhou um papel catalisador de promoção da indústria, comércio e consumo interno; este essencialmente entre as classes média e alta da população, dentro dos padrões do capitalismo industrial. Essas classes sociais experimentaram processos de subjetivação, típicos das sociedades industriais modernas, caracterizados por uma alta valorização da interioridade psicológica, o que as transformaram em ávidas consumidoras dos serviços psicológicos prestados pelos profissionais psicólogos. Vários autores destacam como a conjuntura histórica promovida pelo novo regime fortaleceu o projeto individualizante e psicologizante da família nuclear (Velho, 1981; Costa, 1984; Vaitsman, 1994; Coimbra, 1995). A importância do consumismo, a busca da ascensão social como decorrência dos méritos pessoais, a sobrevalorização da intimidade psicológica são algumas das balizas desse modo de vida. O íntimo e o familiar tornam-se o refúgio derradeiro contra os terrores sociais, já que a política era entendida como pertencente ao governo, e a competência das pessoas deveria estar restrita ao trabalho, ao estudo, enfim, à ascensão social.

Costa (1984) em seu estudo sobre a geração AI-5 entende que as características desta foram resultado de uma intensificação da modernização no País alavancada pelo regime autoritário. Contudo, o autoritarismo militar não foi causa direta da construção da cultura psicológica e individualista no Brasil. Ele na verdade foi o criador das condições político-econômicas que "*desestruturaram o núcleo da família burguesa e levaram seus membros a redefinirem suas identidades privadas*" (Costa, 1984, p. 137). Essas novas "identidades privadas" se modelaram dentro dos parâmetros hedonistas de valorização do corpo e do



psiquismo, típicos das sociedades de consumo desenvolvidas e democráticas. De qualquer maneira, todo esse contexto fertilizou a sobrevalorização da intimidade psicológica, realçando a importância social dos profissionais "psi".

Ocorreu, portanto, uma inflação do campo do psicológico e a Psicologia ascendeu como atividade liberal, bastante procurada pela classe média urbana no Brasil entre as décadas de 1960 a 1990 (2). Nessa conjunção de fatores foi gestada a hegemonia de uma cultura psicológica sobre a vida privada, que se manifestou por meio de seu vocabulário, seus valores, seus critérios de normalidade, enfim, sua ética.

Esse estado de coisas começou a ser desestabilizado na segunda metade da década de 70 por uma dupla contingência histórica. A primeira foi o encerramento do ciclo do "milagre econômico", o qual, por sua dependência do financiamento externo, sofreu feridas mortais com as sucessivas elevações do preço do petróleo em 1973 e 1979, acarretando o enfraquecimento do regime militar e os benefícios aferidos pela classe média nesse período. Evidentemente não foi a primeira nem a última vez que acontecimentos no contexto do capitalismo internacional produziram efeitos significativos na vida econômica e subjetiva do brasileiro. Nesse caso, a recessão econômica impôs aos setores médios e altos da população alterações profundas em seu modo de vida e subjetivação. E as classes populares tiveram um agravamento vital das condições de sobrevivência.

A segunda contingência foi a emergência vigorosa dos movimentos sociais no País. Entre 1975 e 1985 o Brasil conheceu a força dos movimentos sociais de base popular, autônomos em relação ao Estado. Comunidades Eclesiais de Base, associações de bairro, grupos estudantis, grupos sindicais, movimentos de mulheres, entre outros, fazem presença e pressão no cenário nacional. Esses movimentos sociais possuíam um caráter reivindicativo de ação direta, sua relação com o Estado era vivida como autonomia e oposição, e ainda não estavam contaminados pelos vícios da política partidária. Diante de um Estado autoritário, divorciado dos interesses e das necessidades reais da população, não era cabível outro tipo de postura. Os movimentos sociais desse período, entre outras contribuições, trouxeram novos discursos e práticas de afirmação de outros modos de ser e de viver.

Uma novidade trazida por esses movimentos sociais foi a ampliação da concepção do que é o político. Este não é apenas do domínio público ou estatal. O político passou a ser problematizado no cotidiano, nas relações entre os gêneros, entre as diferentes faixas etárias, entre as raças, na relação entre os doentes e os especialistas. Aconteceu a "politização do social, do cultural e, mesmo, do pessoal" (Santos, 1997, p. 263), rompendo de vez a oposição até então instituída entre os domínios público e privado(3). Como veremos adiante, a Psicologia no Brasil não ficou imune aos efeitos desse acontecimento.

Em conexão com esses movimentos sociais, o avanço das oposições, as ondas de greves no ABC paulista (1978 e 1979), a aprovação da Lei da Anistia, entre outros fatos, assinalaram a derrocada final do regime militar. Em 1985, após uma intensa mobilização popular reivindicando eleições diretas para presidente, foi eleito, por meio do Colégio Eleitoral, o primeiro governo civil. Inicia-se a "Nova República" e o processo de redemocratização da vida política brasileira. É convocado o processo constituinte onde os diversos segmentos da sociedade brasileira encontram um fórum amplo de participação institucional. E não é por acaso que o *slogan* do novo governo preconiza: "Tudo pelo Social". E a Psicologia também foi instada a responder a essa nova conjuntura.

### **A Psicologia e o "social"**

A concepção clássica de clínica, vigente até a década de 1980 no Brasil, possuía uma base epistemológica oculta que foi caracterizada por um sociólogo da época como promovendo a reivindicação de uma condição de "extraterritorialidade social", que acarretava, de fato, uma tentativa de neutralização do fato social.

Ou seja, a prática psicoterapêutica teria o privilégio de realizar-se num tempo e num espaço estranhos à realidade social e aos seus condicionamentos, como se o fato psicoterapêutico, a exemplo do Inconsciente para Freud, desconhecesse as categorias do



tempo e do espaço, sobretudo a do tempo histórico e a do lugar social (Albuquerque, 1978).

Albuquerque considerava que essa neutralização do social só era possível em condições de endogamia social, ou seja, somente quando existe uma identidade de classe entre especialista e paciente, as condições socioeconômicas e políticas podem passar por acidentais. Os anos seqüentes demonstraram a clarividência dessa tese. Foi somente no momento em que os psicólogos, em crescentes contingentes, passaram a atender clientela oriundas das classes populares na década de 80, pela ação da psicologia social comunitária, pelo movimento de saúde mental, entre outros segmentos, que aconteceu de fato o início efetivo da desconstrução dessa concepção tradicional de clínica. Rompeu-se então a endogamia social na relação instaurada entre terapeutas oriundos das classes média e alta e pacientes de classes populares, e a dimensão social exigiu alguma forma de escuta. Eram necessárias condições práticas, experiências concretas para que a construção de novas modalidades de clínica pudesse ser efetivada.

Nesse período, vários estudiosos e profissionais desenvolveram críticas quanto à formação e a atuação em psicologia no País. Um estudo pioneiro da professora Sílvia Leser de Mello Pereira, da USP (1975), antecipava os desdobramentos desse processo. A hipótese de Pereira era que o encontro com outras dimensões do fazer psicológico, distante da demanda dos neuróticos da classe média nos consultórios particulares seria um acontecimento com efeitos irreversíveis no contexto da formação. Os conteúdos teóricos e técnicos pretensamente universalizantes, mas de fato produzidos a partir de um modo de subjetivação específico, sofreriam um irreversível abalo. Ela afirma que objeto de intervenção do psicólogo é uma "*máquina que tem seu mecanismo, em grande parte, determinado pela sociedade*" (Pereira, 1975, p. 18).

Outros autores criticavam vários aspectos da formação e atuação do psicólogo. Botomé (1979) questionava o custo do tratamento clínico num País pobre. Weber e Carraher (1982) criticam a formação "livresca" em psicologia que tornava os estudantes meros consumidores de conhecimento já elaborado no exterior, descontextualizado da realidade brasileira. Havia uma discussão crítica crescente que apontava equívocos que acometiam a formação (Passos, 1984; Góis, 1984).

A prática psicoterápica, dentro do modelo clássico de clínica liberal privada, começou a perder sua hegemonia tanto no espaço da atuação quanto no da formação do psicólogo brasileiro. A anterior condição de extraterritorialidade social, até então preconizada, não mais se sustentava diante da crescente experiência dos psicólogos com uma nova "clientela" oriunda das classes populares. O social se fazia ouvir e a dimensão ético-política das práticas "psi" começa a ser evidenciada. Concomitantemente, a prática liberal da psicoterapia começou a viver sua recessão de demanda tendo em vista certo conjunto de fatores. O acentuamento da recessão da classe média, grandemente beneficiada com o período do "milagre econômico" durante o regime militar, clientela até então crescente nos consultórios particulares de psicoterapia, e o grande aumento de novos cursos de Psicologia no País contribuíram para isso. E não podemos omitir o fator trazido pelos novos tempos democráticos, da oferta de novas e variadas modalidades de expressão subjetiva que passavam à margem dos atendimentos técnicos "psi". A psicoterapia passava a não ser mais vista como única forma de expressão subjetiva a que as pessoas têm acesso. De fato, vivemos hoje o incremento de variadas práticas de trabalho com a subjetividade alternativas em relação aos tratamentos psicoterapêuticos oficiais.

A genealogia dessa mudança, como vimos, não possui uma causalidade unidimensional. Ela se manifesta como uma proveniência portadora de uma conjunção complexa de elementos. Elementos ligados a uma conjuntura do capitalismo internacional, a movimentos internos de mobilização popular, a fortes variações da vida econômica nacional, a reformas do "setor social" do Estado, a militância de colegas com a própria categoria, ao grande e cada vez mais freqüente encontro dos psicólogos com clientela oriundas de contextos de atuação diferentes do consultório privado, e outros mais. Temos, portanto, um conjunto complexo e heterogêneo de acontecimentos contingentes promovendo um processo de mudanças no âmbito da formação em Psicologia. Esses acontecimentos possuem uma importância que pode ser hierarquizada na análise, mas



devem ser melhor compreendidos, se pensados como uma rede em conexão (Foucault, 1994/2003).

### **Experiências atuais**

Passadas duas décadas do início do questionamento do modelo clínico-liberal então hegemônico em Psicologia, conhecemos, e com certeza também desconhecemos, uma extensa gama de diferentes práticas desenvolvidas desde então. Em outubro de 2000, foi realizado em São Paulo, sob a organização do Conselho Federal de Psicologia, a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. Foram apresentados cerca de 1.500 trabalhos, abrangendo um vasto leque de áreas e temas: saúde mental, violência, terceira idade, portadores de deficiência, drogas, prostituição, mundo do trabalho, cidadania, trabalho em instituições, entre outros. Nas palavras da presidente do Conselho na época, Ana Maria Mercês Bock, o evento se propôs à apresentação de uma nova Psicologia.

Uma psicologia que vem sendo construída nos últimos 20 anos, nos mais diversos espaços de trabalho e nas universidades... Os anos 70 colocaram para a sociedade brasileira, e para as mais diversas profissões, questões importantes que marcaram a necessidade de deixarmos de reproduzir psicologia, para passarmos a construir ou a reconstruir uma psicologia a partir das demandas e das necessidades de nossa sociedade brasileira (Bock, 2000).

A fala de Bock sintetiza com clareza a história recente da Psicologia brasileira, os problemas que enfrentou e as mudanças que promoveu. As dezenas e centenas de novas práticas em Psicologia desenvolvidas no Brasil assinalam o vigor desse processo de mudança. Essa 1ª Mostra, em particular, evento de repercussão nacional, teve o cuidado de não adjetivar a Psicologia; são apenas práticas em Psicologia. Mostram o novo rosto da Psicologia no Brasil; um rosto brasileiro, interdisciplinar e transdisciplinar, contemporâneo e inventivo.

No entanto, não devemos nos perder na embriaguez da festa, nem na simples repetição de palavras de ordem, que falam mais dos perigos de vinte anos atrás que dos perigos atuais. Quando Foucault (1982/1995) afirma como principal ação política a determinação de qual é o principal perigo, seu projeto tem uma precisão conceitual. A noção de perigo aqui possui o estatuto de um conceito; descreve a configuração atual das relações entre saberes e poderes num contexto particular. Incita, portanto, a pensar qual a direção atual da dominação nos processos contemporâneos de saber/poder na formação do psicólogo no Brasil.

Se o divórcio entre as práticas em Psicologia e a realidade social brasileira se configurou como perigo maior há vinte anos, precisamos manter nossa atenção alerta para os novos perigos que esse amplo processo de mudanças nos traz. Mantendo essa conexão já estabelecida com a dimensão sociopolítica e com a realidade do povo brasileiro, torna-se necessária, também, a atenção sobre quais novos problemas se colocam em nossa atualidade.

Um setor através do qual podemos acompanhar as mutações do fazer "psi" é o da saúde mental. Esta se configurou nos últimos 20 anos como um campo de assistência, produção teórica e intervenção social de grande inventividade, no contexto da Saúde Pública no Brasil. Tendo como objetivo inicial a reversão do modelo de atenção ao portador de sofrimento mental de caráter hospitalocêntrico em direção a uma assistência ambulatorial, foi radicalizada, a partir de 1987, pela palavra de ordem "Por uma sociedade sem manicômios", numa nova perspectiva que ampliava o projeto de assistência para incluir uma micropolítica de transformação do lugar social do louco e da loucura e desinstitucionalizar não só o manicômio concreto, mas a própria noção de doença mental, enfim, uma proposta de intervenção na cultura

Dois importantes acontecimentos marcam a década de 1980 no campo da saúde mental. O primeiro foi a experiência de Santos (SP), intervenção inédita de grande porte, assumida pela Prefeitura da cidade, tendo como objetivos alcançados a destruição das práticas manicômiais, a criação de alternativas de tratamento e o estabelecimento de novas relações com a sociedade. A intervenção realizada na Casa de Saúde Anchieta, único hospital privado na região e representante acabado do modelo manicomial, tornou-



se um marco e referência para os movimentos antimanicomiais. Foram criadas novas unidades de assistência, os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) em ruptura com as práticas de reclusão e cronificação, e desenvolvidas várias modalidades de diálogo com os diversos segmentos da sociedade e promoção de ações culturais (como por exemplo, na Rádio Tan-tan, um programa conduzido por pacientes). Há que se ressaltar o importante e decisivo apoio da administração pública da esquerda, num período em que a Prefeitura de Santos foi governada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) por duas gestões consecutivas.

O segundo acontecimento importante foi a apresentação no Congresso Federal do Projeto do deputado Paulo Delgado (PT-MG), visando transformar em lei os princípios que vinham norteando as experiências de reforma no campo da saúde mental no Brasil. Lei que somente será sancionada, com modificações, 12 anos depois, mas que suscitou o acirramento da discussão em torno do tratamento da loucura. Acompanhamos então uma luta que se deu, ao mesmo tempo, em várias frentes. No âmbito da clínica e criação de outras modalidades de assistência, no âmbito da intervenção social e cultural, no âmbito dos meios de comunicação de massa, no âmbito das experiências localizadas, no âmbito das relações jurídicas. Neste último caso, várias novas legislações foram aprovadas em nível estadual (RS, PB, MG, entre outros), antes da aprovação e sanção definitiva no nível federal em 2001.

Desde o início dos anos 1980 um contingente crescente de psicólogos foi contratado para compor o programa de saúde mental em diversos estados brasileiros, para o atendimento dos pacientes no nível ambulatorial, fora do espaço hospitalar. Os primeiros psicólogos lotados pelo Programa se viram diante de várias dificuldades: formados majoritariamente para atendimento das camadas média e alta da população, encontraram-se subitamente face a face com a pobreza e a precariedade (tanto da clientela, quanto das condições de trabalho). Acresce-se a isso duas outras dificuldades decorrentes da formação. Primeiramente, a pouca, ou nenhuma, experiência de atendimento de psicóticos e neuróticos graves. A outra dificuldade estava no despreparo para conduzir uma clínica sem *setting* definido. Mesmo atendendo nos estágios das faculdades de psicologia clientela de perfil sócio econômico semelhante à da encontrada nos Centros de Saúde, o modelo dos ambulatorios das escolas acompanhava o *setting* dos consultórios particulares: organização do espaço, marcação definida do horário e mesmo do tempo das sessões, nenhuma intervenção ou relação com o paciente fora do espaço de atendimento, descompromisso com os "abandonos" do tratamento, etc. Por isso, as deficiências da própria formação se tornaram rapidamente evidentes a todos os envolvidos no Programa. E os modos de resolução da formação durante muito tempo se deram à margem dos cursos de graduação e das instituições formadoras oficiais.

Na avaliação de Lobosque, em relação à saúde mental o espaço universitário se apresenta "quase sempre empobrecido, existindo um grande vazio reinante na universidade" (Lobosque, 2001, p. 37). Em vários locais a formação em saúde mental se deu fundamentalmente no próprio espaço de trabalho por meio de reuniões de discussão da organização dos serviços e das supervisões clínicas de discussão dos casos em atendimento. A orientação era, em geral, uma mistura entre a psiquiatria democrática italiana e a psicanálise de orientação lacaniana. Aliás, essas duas tendências ainda demarcam as tendências do movimento antimanicomial no País; setores mais ligados à experiência italiana enfatizam a dimensão política da saúde mental, enquanto setores mais ligados à psicanálise francesa enfatizam a dimensão clínica da saúde mental. O que ambos tinham em comum é a tentativa de articulação entre política e clínica na assistência ao portador de sofrimento mental.

Essa rápida síntese sobre o movimento de saúde mental, denominado entre nós de luta antimanicomial omite, por questão de espaço do artigo, as ambigüidades presentes nesse conjunto de novas práticas onde os psicólogos têm tido uma participação importante. Um maior detalhamento sobre essa experiência foi desenvolvido em outro lugar (Ferreira Neto, 2004). O importante aqui é demarcar os efeitos dessa experiência sobre a atuação e a formação do psicólogo brasileiro. Ela, juntamente com outras importantes ações nesse período, trouxe para um campo concreto de ação prática a



necessidade de compreender que a subjetividade é uma construção histórica, atravessada pela vida social, demandando, portanto, uma abordagem que vai além da visão disciplinar de uma psicologia que pensa seu objeto como pura interioridade, dissociado da história. A subjetividade deve ser pensada em suas articulações com a vida social e o trabalho do psicólogo não pode mais se reduzir a uma prática clínica solipsista: por isso a prática clínica deve estar inelutavelmente associada a uma prática política.

### **Um diagnóstico do presente da formação**

Uma outra reforma atravessou a formação acadêmica em geral e a do psicólogo em particular - a reforma universitária. Desde 1996 foram instituídas Comissões de Especialistas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação visando à elaboração de nova concepção para os cursos superiores tendo por base a nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB/96). Um documento preliminar, escrito e apresentado em 1996, funcionou como ponto de partida para a seqüência dos debates. Um documento final foi apresentado pela comissão como sendo portador de direções consensuais na área, ainda que tenha sido objeto de críticas e discordâncias em alguns aspectos da proposta, como veremos adiante. O texto final foi aprovado apenas em 2004, depois de um longo e acirrado debate, polarizado, a certa altura, entre a Comissão de Especialistas e o Fórum Nacional das Entidades em Psicologia.

A nova proposta desloca uma concepção curricular antiga, centrada em disciplinas e conteúdos programáticos, para outra cuja preocupação maior é a construção de competências e habilidades profissionais. O currículo não mais é pensado a partir de conteúdos fundamentais que devem ser assimilados para posterior aplicação. A preocupação com conteúdos dá lugar a uma preocupação no desenvolvimento de competências e habilidades durante a formação. Isso exige uma presença maior da prática desde os primeiros períodos do curso; as práticas fornecendo elementos para a reflexão teórica. A formação proposta não repete o modelo fundamentação/aplicação, mas assinala a ligação necessária entre ensino, pesquisa e extensão, e que, desde a graduação, o aluno deve lidar com a produção do conhecimento e não mais com a simples reprodução de conteúdos consagrados.

São duas as ênfases das Diretrizes Curriculares (Macedo, 2001; Ancona-Lopez, 2004): a importância do desenvolvimento científico da Psicologia e o reconhecimento da atual diversidade dos contextos de atuação profissionais. Se em relação aos novos contextos de atuação as referências são claras, o modelo de ciência em questão possui referências paradoxais. Por um lado, nos eixos estruturantes fala-se em fundamentos epistemológicos e, na seqüência, em fundamentos teórico metodológicos, sempre no plural. Por outro, nos habilidades, item c, lê-se: "Utilizar os métodos experimental, de observação e outros métodos de investigação científica" (Macedo, 2001, p. 4). Portanto, ainda que seja indicada uma pluralidade epistemológica e metodológica, um reconhecimento da importância da história e das questões da cidadania (expressão bastante presente no texto), o modelo de investigação das Ciências Naturais possui um evidente privilégio. Por essa razão encontramos uma descrição de competências e habilidades numa perspectiva instrumental. "Identificar e analisar [...] escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coletas de dados [...] avaliar problemas [...] levantar informação [...] planejar [...] analisar, descrever e interpretar [...] utilizar recursos da matemática, da estatística e da informática..." (idem, p. 3). Temos, portanto, um quadro complexo dessa nova direção que norteiam as reformas curriculares, que exige uma investigação mais acurada.

As Diretrizes Curriculares surgem no bojo da reforma do Estado, cujo objetivo é a racionalização e a modernização das atividades estatais, e designa as ações no campo de educação, saúde, cultura ao setor de serviços não exclusivos do Estado. Marilena Chauí desenvolveu uma análise sobre as bases dessa reforma.

A Reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem estar da República. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado (Chauí, 1999).



De fato, o que temos em curso no ensino superior do País é a definição política em favor da soberania do mercado como gestor maior dos serviços do setor. Não se trata mais de privatizar a universidade pública através da cobrança de mensalidades, mas sim por meio do gerenciamento empresarial da instituição. Tanto as universidades públicas quanto as instituições de ensino superior privadas estão claramente submetidas à mesma lógica administrativa gerencial. Isso acarreta a organização dos currículos visando responder às demandas do mercado (Chauí alerta que nos textos de reforma está presente uma sistemática identificação entre "social" e "empresarial"), bem como a busca de "qualidade" aferida por meio da produtividade (quanto produz, em quanto tempo e qual o custo).

Nesse contexto, a docência passa a ser entendida como função puramente instrumental; transmissão rápida e clara de conhecimentos atualizados, algo próximo a um adestramento. Evidentemente, a avaliação escolhe antecipadamente quais são os elementos a serem aferidos. E a atual direção é uma formação diretamente ligada às demandas imediatas (e instáveis) do mercado com a conseqüente perda do caráter crítico e reflexivo da formação.

A definição de pesquisa nessa nova "Universidade Operacional" significa uma "estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado" (Chauí, 1999, p.3). E o objetivo é a posse de "instrumentos para intervir e controlar alguma coisa" (idem). Portanto, se entendermos com Foucault e Chauí a pesquisa como sendo o esforço para se pensar o que não se pensava antes, o enfrentamento do instituído e a instituição da invenção e criação, concluiremos forçosamente que essa direção do Ministério da Educação mata o que existe de mais inventivo, vigoroso e fundamental na pesquisa. E como indicou Deleuze (1990/1992), não mais importa qual o proprietário, Estado ou iniciativa privada, se inseridos ou não na Universidade; todas as instituições de formação estão se tornando parte de "uma mesma empresa que só tem gerentes" (Deleuze, idem, p. 224). Os espaços de atuação e formação em psicologia encontram-se submetidos às regulações e exigências do mercado onipresente.

Se a desconstrução da clínica clássica trouxe à tona uma diversidade de "práticas emergentes", no momento presente essas tendem a serem recapturadas pelos parâmetros onipresentes de eficiência estabelecidos pelo mercado, acarretando as conseqüências inevitáveis de ênfases tecnicistas e embotamento da crítica na formação. Não podemos ignorar que o mercado mundial é realidade presente na qual estamos inseridos e da qual dependemos, mas isso não deve ter como conseqüência necessária o entendimento que nossa relação com o mercado deva ser de submissão sem alternativas. O mercado, evidentemente, não pode ser ignorado, mas podemos estabelecer com ele uma relação crítica. Deleuze considerava ser tarefa urgente a análise do que é o mercado mundial, quais são suas transformações (Deleuze, 1996, p. 30).

A intervenção nesse estado de coisas exige clareza política. O antigo campo de batalha com uma demarcação clara entre mocinhos e bandidos ou direita e esquerda não mais existe. Agora a guerra entre fronteiras demarcadas se transformou em guerrilha num mesmo campo; travada nos interstícios, sejam externos ou internos. E é através da análise crítica e das intervenções nesses espaços que conseguimos avançar.

As novas Diretrizes Curriculares, mesmo inseridas num projeto explícito de atrelamento aos padrões de mercado, avançam ao propor uma concepção de currículo não mais centrada somente na grade de disciplinas e na transmissão de conteúdos padronizados. Elas enfatizam experiências de produção de conhecimento por meio da associação entre ensino, pesquisa e extensão. O currículo passa a ser pensado como sendo o conjunto das experiências que promovem a formação e vão além da pura apreensão de conteúdos prontos. Contudo, existe uma tendência de tudo isso ser capturado numa formação de cunho tecnicista de um profissional "flexível" em consonância com as modulações do mercado, reduzindo as possibilidades de inflexões diferentes e as apropriações por parte de um projeto de formação crítico, assentado numa perspectiva política clara. O modelo de Ciência Natural valorizado pelas Diretrizes reduz a dimensão da clínica a uma ação técnica e instrumental, sem explorar a dimensão ético-política trazida por algumas novas



práticas clínicas em curso no País. Portanto, um diagnóstico do presente no domínio da formação "psi" apresenta-se como um pré-requisito essencial para o desenvolvimento de um projeto de formação crítico.

### **Considerações finais**

Acompanhamos no desenvolvimento deste trabalho um primeiro momento de enfrentamento no domínio da formação em Psicologia, que começou a ser travado no final da década de 70, repercutindo um processo macro e micropolítico no final do regime militar no Brasil. Nesse embate encetado no campo da formação "psi", os perigos foram bem diagnosticados, as frentes de luta bem definidas e os ganhos efetivos foram conquistados. O modelo de formação centrado em conteúdos estrangeiros descontextualizados, alheios às nossas reais condições sociais, entrou em declínio. Hoje a psicologia brasileira, ao menos em parte, reconhece a dimensão ético-política de seus saberes e fazeres e a importância de desenvolvê-los de modo mais próximo à nossa realidade social. É crescente em nossos cursos a utilização de bibliografia de origem nacional, bem como um uso mais crítico e contextualizado das importantes e necessárias contribuições estrangeiras. Uma geração de psicólogos e aliados de outras formações teve um inestimável papel na mudança do modelo de formação do psicólogo brasileiro. E a maior parte do conjunto da psicologia brasileira se mostrou sensível aos questionamentos que os ventos democráticos trouxeram à tona em nosso País.

Entretanto, os tempos atuais são outros, bem como os perigos a serem enfrentados. Um segundo momento de enfrentamento se apresenta, porém esse diagnóstico do presente ainda está por se fazer de modo amplo e cabal como se deu em nosso passado recente. Temos, portanto, trabalho a realizar.

Vale salientar um diferencial a ser realçado nas transformações ocorridas no período estudado é o fato de que as reivindicações das lutas dos movimentos sociais instituintes e autônomos passaram, após a nova Constituição de 1988, a compor as políticas sociais dos governos. Em decorrência disso, perderam por um lado, parte de sua autonomia em relação ao Estado, mas por outro foi ampliada a inserção dos trabalhadores sociais no aparelho estatal. E os psicólogos passaram a ter no campo das políticas públicas um grande espaço de trabalho. Agora, a formação se voltou necessariamente para atender a essa demanda. E como podemos pensar essa as tarefas dessa formação?

Em primeiro lugar buscar seu não-submetimento a problemas falsos ou problemas mal colocados, impostos sob o signo da urgência. Por isso uma formação em psicologia que vise ao perfil de um profissional técnico, capaz de responder adequadamente a diversos tipos de demanda, deve ser vista com reservas. A flexibilidade para atender indiscriminadamente às demandas deve ser observada com cautela. Em especial por correr o risco de uma nova e indesejável dissociação entre práticas de atuação e prática política. Uma atuação que não toma a demanda como objeto de um trabalho crítico, presta um desserviço à psicologia como profissão. Um profissional tecnicista formado dessa maneira pode atender bem, mas não cria; atua sem uma necessária reflexão. A capacidade crítica não se configura num luxo supérfluo. É ela que faculta ao profissional articular o como-fazer ao porquê-fazer. Produz um profissional que não apenas responde passivamente, mas pensa, problematiza, debate, inventa; enfim, faz diferença.

Um segundo risco embutido nesse perfil tecnicista da formação do psicólogo brasileiro consiste na ocorrência de um possível retrocesso em relação aos avanços e conquistas obtidos nos últimos vinte anos, ou seja, o início de um reconhecimento da dimensão ético-política presente na atuação e formação do psicólogo. Se parte da Psicologia no Brasil foi capaz de problematizar as implicações políticas de sua prática, ela o fez por entender que sua atividade vai além do simples procedimento técnico: ela também opera e produz modos de subjetivação. Seus profissionais, portanto, não são técnicos assepticamente neutros, mas sujeitos eticamente posicionados.

No momento presente, a atual pressão embutida na Avaliação dos Cursos do MEC tem deixado muitas instituições de ensino superior aturcidas. A reação de muitas delas tem sido de submetimento voluntário ao que julgam inevitável, possuídas pela crença na urgência do obedecer para sobreviver. As levas de freqüentes demissões nas instituições



privadas são apenas um aspecto disso. O esforço de responder às recentes exigências, de cumprir tarefas em prazos exíguos, de reformular currículos à luz das novas diretrizes, dificulta a continuidade da dimensão crítica da formação. E se as próprias instituições de ensino superior não demonstram uma postura crítica nas suas relações com o Ministério da Educação e com o mercado, como conseguirão promover essa postura na formação de seus estudantes?

Formar exclusivamente para o mercado, visando apenas busca de novas formas de inserção no trabalho, pode ser um desserviço a médio e longo prazo para a atuação profissional. E o força imanente mercado atravessa conjuntamente instituições de ensino privadas e públicas, mesmo operando efeitos diferenciados, na direção do fortalecimento de uma "Universidade Operacional" como nos adverte Chauí (1999).

Por essas razões, neste momento a resistência ganha mais fôlego no segmento extra-universitário da formação. Os Conselhos de Psicologia e outras organizações extra-universitárias que têm feito avançar o debate e o enfrentamento desse processo. E principalmente a crescente presença de psicólogos atuando em áreas diferentes das clássicas e produzindo novas estratégias de ação, e novas perspectivas para conceber a intervenção. Além desse grande embate é oriundo do contexto extra-universitário o surgimento de outros modos de fazer e pensar a psicologia. Nesse momento, portanto, é no âmbito das práticas que respiramos o oxigênio de melhor qualidade, arejando a rigidez burocrática com que a regulamentação crescente envolve as instituições formadoras. Por isso a pesquisa e extensão universitárias se apresentam como pilares fundamentais na sinalização dos atuais e futuros caminhos da formação. A ligação entre alunos e professores com os campos das práticas, fornecendo renovadas perspectivas críticas para a formação.

Para finalizar, vale apontar outra direção de resistência no presente de nossa formação. Vimos no decorrer deste trabalho como, em decorrência dos processos contemporâneos, a tradicional concepção da subjetividade como fundamento de origem psicológica, interiorizada, universal, não é mais absoluta. Novas concepções de subjetividade, entendida como produção, conectada aos diversos componentes e fluxos da vida social, permitem a ampliação do debate epistemológico e ético, necessário para entendermos e atuarmos nos processos de subjetivação contemporâneos. Percebemos hoje uma dificuldade de restringir o estudo da psicologia dentro de um enfoque exclusivamente disciplinar. Para ser capaz de apreender o sujeito brasileiro contemporâneo, a psicologia precisa se manter permeável a outras interlocuções fora de seu campo de saber/fazer. Interlocuções multidisciplinares e mesmo extra-disciplinares como as Artes, as mídias, as novas tecnologias, as produções culturais em geral. Além disso, as chamadas "práticas emergentes", incorporadas às extensões universitárias, trazem outros parceiros para essas interlocuções: as ONGs, os movimentos sociais, os setores estatais que desenvolvem políticas sociais, as comunidades e até mesmo as empresas e os empresários. Conversações ampliadas não restringindo a noção de "sociedade brasileira" aos segmentos economicamente produtivos. Entendemos a sociedade brasileira como sendo, ao mesmo tempo, plural e desigual. Por conseguinte, nossas interlocuções devem ser presididas por posições ético-políticas definidas e fundamentadas num diagnóstico de nosso presente.

## Referências

- Albuquerque, J. A. G. (1978). *Metáforas da desordem: O contexto social da doença mental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ancona-Lopez, M. (2004, 01 de setembro) Parecer final sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 17-19.
- Bock, A. M. (2000, 04 out). 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. *Jornal do Psicólogo*, 10.
- Botomé, S. P. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 5(1), 1-15.



- Chauí, M. A (1999, 9 de maio). Universidade operacional. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 3.
- Coimbra, C. (1995). *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Costa, J. F. (1984). *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações* (P. P. Pelbart, trad.). Rio de Janeiro: Editora 34. (Original publicado em 1990)
- Deleuze, G. (1996). Meu próximo livro vai chamar-se Grandeza de Marx: entrevista com Deleuze (P. P. Pelbart, trad.). *Cadernos de Subjetividade*, n. esp., 26-30.
- Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo brasileiro: Clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta.
- Foucault, M. (1994). *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1995). Michel Foucault entrevistado por H. Dreyfus e P. Rabinow. Em P. Rabinow & H. Dreyfus. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. P. Carrero, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1982).
- Foucault, M. (2003). *Michel Foucault: estratégia, poder – saber*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1994).
- Freitas, M. F. Q. (2001). Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política. *Revista psicologia política*, 2(1), 71-92.
- Góis, C. W. L. (1984). Proposta de um caminho para a psicologia junto à classe oprimida. *Revista de psicologia*, 2(1), 87-122.
- Lo Bianco, A. C.; Bastos, A. V.; Nunes, M. L. & Silva, R. C. (1994). Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. Em *CF.P Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação* (pp. 7-79). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lobosque, A. M. (2001). *Experiências da loucura*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Macedo, A.R. (2001). *Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em psicologia*. Brasília: Conselho Nacional de Educação.
- Passos, M. C. (1984). Psicoterapia e realidade social. *Revista de psicologia*, 2(2), 41-44.
- Pereira, S. L. M. (1975). A formação profissional dos psicólogos: apontamentos para um texto. *Psicologia*, 1, 15-20.
- Santos, B. S. (1997). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.



Velho, G. (1981). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.

Weber, S., & Carraher, T. N. (1982). Reforma curricular ou definição de diretrizes? Uma proposta para o curso de Psicologia. *Psicologia*, 8, 1-13.

### Notas

(1) Na década anterior, em meados dos anos 60, ocorreu um movimento de atuação, a partir da psicologia social comunitária, junto às classes populares no Brasil. Entretanto, é mesmo na década de 70 que ocorre "certa ampliação [...] dessas práticas 'diferentes' ", junto às comunidades pobres (Freitas, 2001, p. 78).

(2) A pesquisa de Vaitsman (1994, p. 141) mostra como a referência à psicoterapia e à Psicanálise era freqüente entre os casais de classe média nesse período, juntamente com a primazia dos aspectos ligados à interioridade emocional como determinantes das escolhas de vida (p. 136).

(3) Santos (1997) aborda a importância dos chamados "novos movimentos sociais" no Ocidente que, a partir dos anos 60, na sua identificação de "novas formas de opressão que extravasam das relações de produção" trazendo como consequência o alargamento da concepção de política para o terreno da subjetividade. No caso do Brasil, considerado por ele um país "semiperiférico", combinaram-se nos anos 70 movimentos sociais semelhantes aos dos países centrais (feministas, ecológicos) com movimentos próprios, portadores de reivindicações de democracia e das necessidades básicas.

### Nota sobre o autor

João Leite Ferreira Neto é doutor em Psicologia pela PUC-SP e professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas. E-mail: jleite.bhe@terra.com.br

**Data de recebimento: 16/12/2009**

**Data de aceite: 30/02/2010**